

Tirar as despesas previdenciárias do teto

RIBAMAR OLIVEIRA

Cresce a percepção de que o chamado teto de gastos da União, instituído pela emenda constitucional 95/2016, será alterado pelo próximo governo. Ainda não é possível saber o teor da alteração. A atual equipe econômica, por exemplo, simpatiza com a ideia de retirar do teto as despesas da Previdência, mas apenas após a reforma dos atuais regimes previdenciários.

Alguns candidatos à Presidência da República, bem colocados nas pesquisas eleitorais, querem simplesmente acabar com o teto. Outros anunciam que vão mudá-lo, mas não dizem exatamente o que pretendem fazer. Uns acham que ele é inexecutável, outros, que impede o aumento dos gastos na área social. Em síntese, o teto, que deveria durar dez anos antes de ser alterado, talvez não passe de três.

O teto de gastos foi criado com o objetivo de frear o crescimento contínuo das despesas da União, que não param de aumentar. Em 1991, o gasto primário da União (não considera o pagamento dos juros

das dívidas) correspondia a 10,8% do Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com o Ministério da Fazenda. Em 2016, o gasto atingiu 20% do PIB. No ano passado, caiu um pouco, para 19,5% do PIB.

Criado para durar 10 anos, antes de revisto, talvez não passe de 3

Alguns consideram que o teto foi um instrumento inadequado para enfrentar o problema, pois ele não corta despesas. De acordo com esse raciocínio, o governo Michel Temer deveria ter concentrado esforços para aprovar a reforma da Previdência Social, que efetivamente reduziria o ritmo de crescimento dos gastos. Agora, essas questões são águas passadas.

Aqueles que querem acabar com o teto precisam, no entanto, ficar atentos a dois aspectos da questão. Em primeiro lugar, a Constituição permite que os deputados e os senadores corrijam "erros ou omissões" da proposta orçamentária anual, encaminhada pelo governo.

E, todo ano, eles encontravam "erros" na previsão da receita anual feita pela área econômica. Na prática, os parlamentares aumentavam as projeções de receita para acomodar os gastos com suas emendas ao Orçamento. O Orçamento ficava irrealista, pois as receitas terminavam não se concretizando, o que obrigava o governo a contingenciar as dotações orçamentárias ao longo do ano.

O teto de gastos acabou com essa prática. Como a proposta orçamentária preparada pelo governo já vem com as despesas no limite permitido pela emenda constitucional 95, não adianta aumentar a receita, pois isso só resultará em melhoria do resultado primário.

A nova realidade força os parlamentares a discutir o gasto proposto pelo governo. Se quiserem incluir novas despesas no Orçamento ou aumentar algumas delas, precisam cortar outras. A lógica do teto é que, como não podem aumentar despesas, deputados e senadores





passarão a discutir as prioridades orçamentárias, como ocorre em qualquer lugar do mundo civilizado.

Outro aspecto importante a ser considerado está relacionado com a autonomia dos Poderes da República. O Judiciário e o Legislativo elaboram as suas próprias propostas orçamentárias, cabendo ao Ministério do Planejamento apenas incluí-las no projeto de lei a ser enviado ao Congresso. Isto significa que o Executivo não pode interferir de maneira alguma nas propostas orçamentárias dos demais Poderes.

A emenda 95 alterou essa realidade ao prever limites individualizados para as despesas primárias do Executivo, do Senado, da Câmara, do Ministério Público da União, da Defensoria Pública e de cada órgão do Judiciário. As despesas de todos eles serão as mesmas executadas em 2016, corrigidas pela inflação.

Dizendo de uma forma direta: os gastos do Judiciário e do Legislativo estão, agora, sob controle, submetidos a normas constitucionais e independem da vontade dos seus dirigentes ou do poder de pressão das corporações, como aconteceu em passado recente.

Isso não é pouco. Basta ver a

recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que propôs um aumento 16,38% nos subsídios de seus ministros, que é o teto salarial do funcionalismo. Com o aumento, a remuneração de toda a magistratura também seria reajustada.

O aumento concedido pelo STF não será incluído na proposta orçamentária pelo Ministério do Planejamento porque a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019, recentemente sancionada pelo presidente Temer, não autoriza gasto com reajuste salarial aos funcionários públicos. Além disso, como a Justiça Federal só cumpre o teto de gastos com a ajuda do Executivo, ela está impedida, pela própria LDO, de conceder reajuste salarial aos magistrados.

A proposta orçamentária do próximo ano só será fechada com a compressão, ainda maior, das chamadas despesas discricionárias (investimentos e custeio administrativo), que já foram reduzidas ao nível de 2009. Isto porque os gastos obrigatórios subirão cerca de R\$ 81 bilhões em 2019, na comparação com o previsto para este ano, de acordo com estimativa do Tesouro.

Com novos cortes nessas despesas, nos próximos anos, a prestação de serviços públicos à

população ficará cada vez mais deteriorada. Isso acontecerá mesmo que o próximo governo consiga aprovar a reforma dos regimes previdenciários. A razão disso é que há um crescimento vegetativo de 3% na quantidade de benefícios previdenciários concedidos anualmente pela Previdência. Além disso, o efeito da reforma sobre as despesas previdenciárias é gradual, pois ele dependerá do prazo de carência para a plena entrada em vigor das novas regras. O aumento dos gastos previdenciários comprime as demais despesas.

Por isso, uma alternativa discutida na área econômica é manter o teto de gastos, excluindo-se dele as despesas previdenciárias. Mas isso somente seria feito após a aprovação da reforma dos regimes previdenciários pelo Congresso. A manutenção de um controle sobre os demais gastos é considerada indispensável, pela área técnica, para reduzir a despesa primária da União, em proporção do PIB, e obter superávits primários nas contas que permitam a sustentabilidade da dívida pública.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E - m a i l :
ribamar.oliveira@valor.com.br

Promessa de Skaf de levar padrão Sesi à escola pública esbarra em orçamento

Além de cobrar mensalidade, unidades da entidade patronal são menores e dispõem de mais verba

Joana Cunha e Gabriela Sá Pessoa

São Paulo- Caso seja eleito para o Palácio dos Bandeirantes, o candidato Paulo Skaf (MDB) esbarrará em dificuldades orçamentárias para cumprir sua principal promessa na área da educação: "Levar para a rede estadual o padrão de qualidade do Sesi-SP".

Uma entidade do sistema S cuja principal fonte de receita é a contribuição das indústrias, o Sesi-SP está estruturado em escolas de menor porte, que facilitam o aprendizado, e faz processo seletivo para a entrada de alunos. Além disso, dispõe de um orçamento impulsionado pela cobrança de mensalidades.

Em 2017, a entidade registrou despesas superiores a R\$ 926

milhões, relacionadas apouco mais de 93 mil matriculados no ensino médio e no fundamental, o que representa um custo anual de R\$ 9.900 por aluno. Ou R\$ 827 por mês, de acordo com prestação de contas entregue ao TCU.

As cifras são altas se comparadas ao orçamento da rede estadual: R\$ 30,8 bilhões em 2018. Mas dividindo esse valor pelos 3,6 milhões de matriculados, o gasto é de R\$ 8.555 por estudante, R\$ 712 mensais.

Esse valor inclui outras despesas da Secretaria da Educação, como o pagamento de aposentadorias.

Excluindo-se esse gasto e contabilizando apenas o que é gasto efetivamente na atividade fim (ensino), o custo na rede pública cai ainda mais.

Segundo boletim interno do governo do estado, ao qual a Folha teve acesso, cada aluno do ensino médio custa, por mês, R\$ 288,87;

os do fundamental, R\$ 302,50.

Skaf instituiu o pagamento de mensalidade no Sesi em 2006. Os alunos pagam contribuições que variam de R\$ 134,03 a R\$ 359,25, do ensino fundamental ao médio.

Quem não é filho de industrial paga de R\$ 187,15 a R\$ 548,25. Os filhos de trabalhadores da indústria que possuem renda familiar inferior a um salário mínimo por pessoa são isentos de mensalidade. Atualmente, 30% dos alunos não pagam nada.

"O Sesi é um belo modelo, mas tem um orçamento bilionário para um número reduzido de alunos. Fica difícil entender de onde vai sair o dinheiro para aplicar no estado", diz Carlos Monteiro, presidente da CM Consultoria, especializada em educação.

Mesmo em um cenário de orçamento mais folgado do que o da rede pública, o Sesi-SP sofreu os efeitos da crise.





A partir de 2015, foi necessário adotar medidas como a suspensão da oferta de reforço escolar para alunos de comunidades carentes da rede pública, a interrupção de cursos técnicos e a redução dos atendimentos em educação continuada.

Quando se candidatou em 2010 e 2014, Skaf também usou o nome do Sesi em discursos, na tentativa de convencer o eleitor de que tem competência para gerir bem a educação. Em 2014, não mencionou a instituição expressamente no programa de governo.

Desta vez, o dirigente introduziu o Sesi-SP na primeira linha do capítulo de educação. Entre as metas, aponta "professores motivados" e escolas "bem equipadas".

Para a consultora em educação Ilona Becskehazy, o plano para a área está "bem desenhado e aborda

as principais questões que precisam ser melhoradas, com razoável nível de detalhe".

Para Celso Napolitano, presidente da Fepesp (Federação dos Professores do Estado de São Paulo), a proposta é subjetiva e a base de comparação não está clara. "O que significa levar a excelência do Sesi para a rede estadual? O nível dos professores do Sesi é muito bom, mas o do ensino oficial também é. Precisa mostrar em termos de gestão o que isso significa", diz.

Procurada, a campanha de Skaf afirma que os recursos serão geridos com mais eficiência e que o custo-benefício do Sesi em relação ao estado é maior: "Acreditamos que será possível a implantação gradual do nosso modelo sem a grande necessidade de aumento de recursos".

No Enem (Exame Nacional de Ensino Médio) de 2017, alunos do

Sesi-SP tiveram uma pontuação maior do que os colegas das escolas públicas: 551,3 nas provas objetivas, ante a média de 510,8 dos estudantes do sistema estadual.

Além dos desafios orçamentários, a consultora Becskehazy diz que Skaf enfrentaria desafios políticos para cumprir outra promessa: construir um regime de colaboração entre estado e municípios.

Ela diz que haveria resistência de sindicatos, mas o resultado seria satisfatório, caso um eventual governo Skaf premiasse a municípios por desempenho, oferecendo repasses de ICMS.

"A rede de São Paulo é tão grande, que é impossível de gerir. Municipalizar as duas etapas do ensino fundamental e se concentrar no ensino médio é a solução", ela diz.

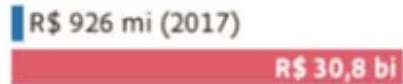




Compare as escolas do Sesi com as escolas estaduais

- Sesi
- Rede pública estadual

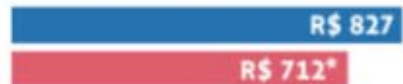
Orçamento



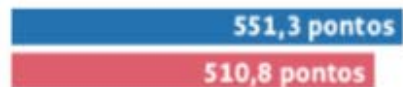
Número de alunos



Custo mensal por aluno



Média no Enem nas provas objetivas em 2017



Sesi cobra **mensalidades** que variam no ensino fundamental e no médio

Em R\$

Para filhos de industriários



Para os demais estudantes



*Descontados outros custos da Secretaria, cada aluno do ensino médio custa R\$ 288,87 mensais e os do fundamental, R\$ 302,50. Fontes: TCU, Secretaria Estadual da Educação, Inep

» **Posto...** O Ministério do Planejamento vê com bons olhos transferir para os Correios a possibilidade de oferecer serviços aos cidadãos. Geraria receita para a estatal, com problemas de caixa, e desoneraria a União.

Ampliação dos saques do PIS/Pasep dá novo fôlego à economia em julho

Atividade. Indicadores divulgados ontem mostram retomada tímida, com melhora da produção industrial, das vendas do varejo e do emprego; para economistas, liberação do recursos do PIS/Pasep está tendo efeito semelhante ao do FGTS inativo no ano passado

A liberação dos saques do PIS/Pasep deu um fôlego à economia em julho: a produção industrial aumentou com a expectativa da volta do consumo das famílias. Indicadores econômicos divulgados ontem apontam para uma retomada da economia depois do choque provocado pela greve dos caminhoneiros. A sustentabilidade do crescimento, no entanto, é questionada pelos economistas por causa das incertezas do cenário eleitoral.

Entre as divulgações que foram feitas ontem, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) informou que o setor teve o melhor julho em quatro anos. O Ministério do Trabalho anunciou a criação de 47 mil empregos com carteira assinada no mês passado no País, no melhor desempenho para julho em seis anos. Também houve tímida melhora nos indicadores de vendas no varejo e os consumidores já se mostram mais propensos às compras neste mês, segundo a Confederação Nacional do Comércio (CNC).

O governo começou a ampliar os saques do fundo do PIS/Pasep no ano passado, com a intenção de injetar recursos na economia. Até 2017, o resgate só era permitido em casos de aposentadoria, de algumas doenças ou a partir dos 70 anos. A primeira medida permitiu o saque a mulheres com mais de 62 anos e homens com mais de 65. Depois, o limite caiu para 60 anos. Agora, o governo abriu uma janela, que vai até 28 de setembro, estendendo o benefício a cotistas de todas as idades, que trabalharam entre 1971 e 1988.

Somando quem tem mais de 60 anos, a estimativa do Ministério do Planejamento é que a medida tem potencial para injetar R\$ 39 bilhões na economia. Para o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, o PIS/Pasep ajudará também nos resultados do terceiro trimestre. Ele vê uma tendência de recuperação “importante” na economia. “A greve dos caminhoneiros afetou o crescimento deste ano, mas não o matou completamente.”

O economista da CNI Marcelo Azevedo ressalta que o início do semestre costuma ser mais forte para a indústria, mas o resultado do mês passado chamou a atenção. “Foi mais forte do que em 2017 e melhor do que os de 2014, 2015 e

2016, quando a produção caiu por causa da crise.” Para o professor de Economia da FGV, Mauro Rochlin, a indústria pode estar se preparando para absorver a demanda que surgirá com a liberação dos saques do PIS/Pasep para pessoas de todas as idades. De acordo com o governo, desde o fim do ano passado, quase 5 milhões de cotistas já sacaram R\$ 6,6 bilhões do PIS/Pasep.

“Esses saques terão impacto significativo, a exemplo dos saques de contas inativas do FGTS no ano passado. O setor está se preparando para esse ‘solução’ no consumo, mas ainda não dá para soltar fogos e afirmar que já há uma recuperação em marcha.” Segundo o consultor Cláudio Frischtak, da consultoria Inter. B, o aquecimento da atividade industrial se explica por três fatores. O primeiro é que, após a queda provocada pela greve, as indústrias recuperaram seus índices de produção em junho e isso “transbordou” para julho.

O segundo é um efeito sazonal: as encomendas para as festas de fim de ano, que já começam a ser feitas. O terceiro é a taxa de câmbio competitiva para exportadores brasileiros. “A economia mundial vai bem e há demanda para os nossos produtos. Mas estamos reféns da política.” Azevedo, da CNI, lembra que o ritmo de recuperação da indústria





tem sido limitado pelas incertezas sobre a economia, com o indefinido cenário eleitoral.

“Apenas religar máquinas não permite o salto no emprego que se daria com o retorno dos investimentos em novas fábricas.” O economista da CNC, Antonio Everton, reforça que a melhora no varejo depende da reação do mercado de trabalho. “O nível de emprego está melhor que no ano passado, mas as perspectivas para

a economia não são tão boas como poderiam ser.” A confederação prevê que as vendas no varejo ampliado, que inclui veículos e material de construção, cresçam 4,5% em 2018. A intenção de consumo das famílias, apurada pela CNC, cresceu 0,6% em agosto ante julho.

EDUARDO RODRIGUES, LU AIKO OTTA, DANIELA AMORIM E LUCIANA DYNIEWICZ

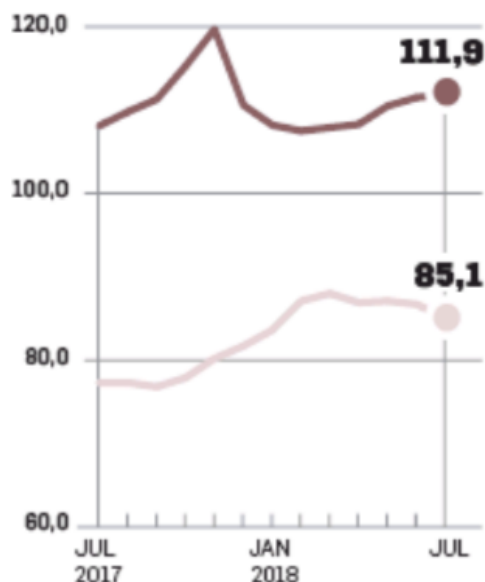
SINAIS DE RECUPERAÇÃO

● Indicadores mostram melhora passados os efeitos da greve dos caminhoneiros, em maio

Comércio

EM PONTOS

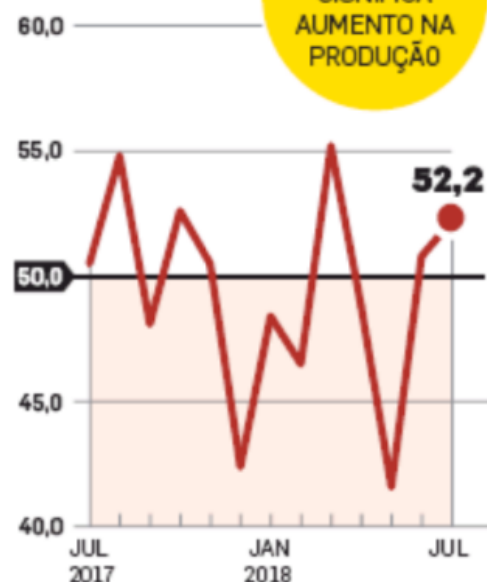
MOVIMENTO DO COMÉRCIO INTENÇÃO DE COMPRAS DAS FAMÍLIAS



Índice de produção da Indústria

EM PONTOS

ACIMA DE 50 PONTOS SIGNIFICA AUMENTO NA PRODUÇÃO



FONTES: CNI, CNC E BOA VISTA SCPC

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

CONJUNTURA »

Orçamento em pauta

» ROSANA HESSEL

O economista Paulo Guedes, coordenador do programa econômico do candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro (PSL), veio a Brasília, ontem, para se encontrar com integrantes da equipe econômica, e um dos principais assuntos foi o Orçamento de 2019 e a situação das contas públicas.

Pela manhã, Guedes esteve com o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, cuja equipe trabalha no Projeto da Lei Orçamentária Anual (Ploa), que será encaminhado ao Congresso até o próximo dia 31. À tarde, acompanhado dos economistas Adolfo Sachsida e Carlos da Costa, ele visitou o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia. Foi o segundo encontro de Guedes com Guardia. O primeiro, do qual participou o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, foi em 12 de julho, em São Paulo.

De acordo com fontes próximas a Guardia, a conversa “foi muito boa”, e uma continuidade da primeira. Guedes passou quase duas horas na Fazenda. Além do ministro, ele se reuniu com secretários da pasta. Paralelamente, Costa teve um encontro com o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida.

Bolsonaro, se eleito, pretende recriar o Ministério da Economia, juntando Fazenda, Planejamento e Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), com Guedes no comando. O economista é bem-visto pelo mercado por ter formação ortodoxa.

Para especialistas, o maior desafio do próximo presidente será equilibrar as contas públicas. “Ele terá que aplicar políticas fiscal e monetária ortodoxas e encaminhar a proposta de reforma da Previdência logo no início do governo”, avaliou o economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini.

TRABALHO »

Emprego cresce em julho

» ANTONIO TEMÓTEO



O comércio demitiu no mês passado, mas Fábio Bentes, da CNC, acredita que o setor terá saldo positivo de até 35 mil vagas no ano

O país criou 47.319 empregos com carteira assinada em julho, de acordo com o Ministério do Trabalho. O Cadastro-Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostrou que este foi o melhor resultado para o mês desde 2012, quando foram abertas 142.496 vagas. Os dados levam em conta 1.219.187 contratações e 1.171.868 demissões em julho. No ano passado, no mesmo mês, o Caged havia registrado demissão líquida de 20.832 pessoas.

A agricultura foi o setor que mais criou vagas: 17.455 postos. Em seguida, vêm os serviços (14.548), a construção civil (10.063), a indústria de transformação (4.993), os serviços industriais de utilidade pública (1.335) e a indústria extrativa mineral (702). Houve

fechamento de vagas no comércio (-249) e na administração pública (-1.528). De janeiro a julho, foram criados 448.263 empregos formais e, no acumulado de 12 meses, 286.121 postos de trabalho.

O ministério também informou que, das 27 unidades da Federação, 19 registraram criação de empregos formais em julho. Os maiores saldos ocorreram em São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Pará. Fechamento de vagas foi registrado em Pernambuco, Roraima, Distrito Federal, Santa Catarina, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Fraqueza

O economista Carlos Alberto Ramos, especialista em mercado de trabalho e professor da Universidade de Brasília (UnB), identificou sinais positivos e negativos nos dados do Caged. A geração de empregos na construção civil, setor intensivo em mão de obra de pouca qualificação, é positiva, “porque tem um impacto rápido na taxa de desemprego”, explicou. “Entretanto, a economia ainda mostra sinais de fraqueza.”

Ramos ainda destacou que a oferta de empregos na agropecuária em julho é um fato comum, que, porém, não deve continuar na mesma intensidade nos próximos meses. O movimento está ligado, sobretudo, à

colheita de café. No caso da indústria de transformação, o especialista ressaltou que os dados mostram que vários segmentos ainda apresentam retração nas contratações. “Outro dado ruim é o do comércio, que ainda fecha postos de trabalho, indicando que o consumo não decola”, disse.

O economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Fábio Bentes, explicou que, historicamente, as contratações no setor se concentram no segundo semestre, a partir de agosto ou setembro. Entretanto, destacou que, assim como no ano passado, os empresários deixarão para assinar as carteiras dos trabalhadores mais perto do Natal. “No ano passado, tivemos saldo líquido de 30 mil vagas no ano e, em 2018, esse número pode chegar a 35 mil, se tivermos perspectivas mais positivas”, afirmou.

Segundo Bentes, a incerteza eleitoral leva empresas e consumidores a manterem uma atitude cautelosa. Os empreendedores esperam para investir e contratar, e os consumidores adiam decisões de compra. “Temos alguns segmentos reagindo, como hiper e supermercados, farmácias e perfumarias. Mas esse movimento não é geral”, comentou.